

FIRST INTERNATIONAL MEETING OF ISSOW

Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies

27-28 November 2014 :: Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

Theme 7) Labour Relations and Social Movements

Sindicatos em rede em Portugal? Os usos da Internet pelos sindicatos da saúde

*Paulo Marques Alves
paulo.alves@iscte.pt
ISCTE-IUL e DINÂMIA'CET-IUL*

*Carlos Levezinho
levezinho@gmail.com
ISCTE-IUL*

Resumo

Desde a década de 70 que a generalidade dos movimentos sindicais dos países capitalistas desenvolvidos enfrenta uma crise que se consubstancia no refluxo de efetivos e numa perda de influência. Tentando ultrapassar a situação, esses movimentos têm vindo a desenvolver estratégias diversificadas. Entre elas contam-se a adoção das TIC com recurso à Internet. Os sindicatos só muito tardiamente reconheceram o potencial destas tecnologias. Mas as vantagens competitivas que oferecem, baseadas na rapidez e na flexibilidade, impeliram-nos a utilizá-las, o que vêm fazendo de modo crescente. A Internet é um dos pilares da “sociedade em rede”. Segundo Castells e Cardoso (2006), a organização social atual baseia-se em redes digitais e apesar de nem todos estarem nelas incluídos, nem por isso deixam de ser afetados pelos processos que aí ocorrem. Os sindicatos não são exceção. A presente comunicação tem como objetivo analisar os sítios oficiais dos sindicatos da saúde na Internet. Será que estas organizações estão a retirar todas as potencialidades da *web* e a construir um sindicalismo em rede que possibilite a sua revitalização?

Palavras chave: Sindicatos, TIC, Internet, sindicalismo em rede

Introdução

Os movimentos sindicais dos países capitalistas mais desenvolvidos vêm enfrentando uma crise profunda desde a década de 70 do século passado, que se traduz no refluxo do número de aderentes e numa perda de influência social e política (Visser, 1996). Tentando ultrapassar estes “tempos difíceis” (Chaison, 1996), têm vindo a implementar estratégias diversificadas (Frege e Kelly, 2003), entre as quais se contam a adoção das TIC, principalmente com recurso à Internet.

A Internet é um dos pilares da “sociedade em rede”. Segundo Castells e Cardoso (2006), a organização social atual baseia-se em redes digitais e apesar de nem todos estarem nelas incluídos, nem por isso deixam de ser afetados pelos processos que aí ocorrem. Os sindicatos não são exceção. Nesta comunicação situaremos a presença na Internet dos sindicatos da saúde através da análise dos seus sítios oficiais. Estarão estas organizações a retirar todas as potencialidades da *web*, assim contribuindo para construir um sindicalismo em rede que possibilite a sua revitalização? Demonstraremos que isso não sucede e que, pelo contrário, essa

presença constitui antes uma oportunidade desperdiçada, dado o carácter estático e a escassa interatividade que caracterizam os sítios oficiais destes sindicatos.

Secção 1 – Crise e revitalização do movimento sindical

O sindicalismo atravessa a sua maior crise desde a II Guerra Mundial. Este declínio tem sido atribuído sobretudo a um conjunto de causas externas ao movimento sindical, onde pontificam as mudanças ocorridas na economia, no mercado de trabalho e nas relações de trabalho, no campo político e nos modelos culturais dos assalariados. No entanto, fatores internos não deixam também de dar o seu contributo.

O défice de capacidade adaptativa e de inovação (Ebbinghaus e Visser, 2000), fruto da adoção do modelo burocrático de organização (Labbé, 1994), a par da divisão/fragmentação por motivos políticos, confessionais ou de estatutos e do desinteresse manifestado em organizar os que se encontram excluídos do mercado de trabalho reforçam a crise sindical.

Neste quadro, o movimento sindical vem empreendendo várias ações com o objetivo de se revitalizar. Por um lado, tenta-se estancar o declínio do número de filiados e a perda de influência e, por outro, acomodar novos grupos de trabalhadores.

Entre essas ações contam-se as que visam reforçar a sua força coletiva. Dois modelos, não mutuamente exclusivos, têm sido seguidos. Um, designado *organising* (Heery *et al.*, 2003) é um *bottom-up model* e com ele pretende-se ir mais além do que o simples recrutamento, criando ou reforçando a organização sindical de base, melhorando a ligação entre os militantes e os aderentes e fomentando a mobilização dos trabalhadores. Outro, intitulado *servicing*, constitui um *top-down model* e os seus objetivos são mais restritos, limitando-se ao recrutamento individual utilizando a oferta de serviços como forma de atrair novos associados.

Os processos de adaptação estrutural manifestados pela vaga de fusões sem precedentes, o reforço e a interligação da ação sindical a todos os níveis, a construção de alianças com outros movimentos sociais, a implementação de novas agendas reivindicativas, a renovação das lideranças e a utilização das TIC são outras das ações desenvolvidas.

Secção 2 – Adoção e utilização das TIC pelos sindicatos

De acordo com o *Ad-Hoc Committee on Labor and the Web* (1999), os sindicatos só tardiamente reconheceram o potencial das TIC. Este facto não deixará de refletir a atitude inicial de suspeição, em alguns casos mesmo de rejeição, por parte de muitos dirigentes sindicais, o que poderá ser explicado por vários motivos. Em primeiro lugar, o seu baixo nível de literacia digital, o que não deixa de levantar a questão da mudança cultural na transição da utilização dos dispositivos analógicos para os novos sistemas digitais. Em segundo lugar, a consideração de que estes instrumentos constituíam uma das principais causas do desemprego, como evidenciou uma pesquisa realizada em Portugal no início dos anos 90 (Alves, 1994). Em terceiro lugar, o receio da ação em tempo real, da alteração nas rotinas estabelecidas, da substituição do tradicional modelo verticalizado de comunicação, no qual a informação sobe e as decisões descem, pela comunicação em rede, ou da mudança das estruturas de poder nas organizações.

Efetivamente, o maior obstáculo à adoção das TIC pelos sindicatos é esta resistência interna (Rego *et al.*, 2010). Contudo, e apesar dela, as vantagens competitivas oferecidas pelas TIC, baseadas na velocidade e na flexibilidade e o facto de serem mais baratas e possuírem um maior alcance do que os meios tradicionais de comunicação, impulsionaram a sua utilização e os sindicatos utilizam-nas cada vez mais. Para Fiorito *et al.* (2000), a tentativa de descentralização da tomada de decisão, a imitação face ao tecido empresarial e o facto das organizações terem inovado previamente noutros domínios são fatores que explicam em parte a adoção das TIC pelos sindicatos. Mas as principais razões residirão na necessidade de racionalização e na dimensão pois, para estes autores, quanto maior for a organização, maior é a tendência para a utilização. Ao invés, para Greene *et al.* (2003) serão os sindicatos de menor dimensão os que poderão retirar mais vantagens da utilização destas tecnologias.

Na comunidade científica existe um largo consenso sobre a relevância da contribuição das TIC para a revitalização sindical. Por exemplo, Fiorito *et al.* (2002) demonstram que elas têm um impacto muito notório nas questões organizativas, sendo mais fraco em termos da eficácia geral.

Por outro lado, se as TIC se encontram amplamente difundidas no mundo sindical, existem diferenças significativas no que concerne ao modo como são utilizadas e aos domínios da

atividade sindical onde são aplicadas (Fiorito *et al.* 2002), dado que podem ser usadas em diversos campos e com objetivos múltiplos.

Com a Internet, os sindicatos podem difundir livremente os seus pontos de vista sem qualquer tipo de mediação ou constrangimento (*Ad Hoc Committee*, 1999; Darlington, 2000) e pesquisar informação necessária à ação sindical (Fiorito *et al.*, 2000). Podem ainda reforçar os serviços que já prestavam aos seus aderentes, de onde se destaca a difusão de informação específica sobre as questões que afetam os trabalhadores, como a negociação coletiva ou a legislação aplicável (*Ad Hoc Committee*, 1999; Darlington, 2000; Diamond e Freeman, 2002), e fornecer outros novos, como a educação e a formação através de plataformas de *e-learning* (Sawchuck, 2001, Bélanger, 2006). Para Greene e Kirton (2003) os maiores beneficiários serão os trabalhadores com limitações de tempo, em particular as mulheres.

Dois problemas se podem, no entanto, levantar e assim tornar ineficiente o investimento feito na Internet. O primeiro remete para a existência de um *digital divide* em resultado da impossibilidade, ou por fatores económicos ou pela falta de competências, de acesso à *web* por parte dos aderentes; o outro refere-se à resistência que alguns trabalhadores poderão colocar à sua utilização, mesmo tendo possibilidades de aceder e competências para o fazer (Martinez Lucio, 2003).

A Internet pode dar igualmente um importante contributo para o recrutamento, com os sindicatos a disponibilizarem em linha as fichas de adesão ou a promoverem campanhas de sindicalização. O mesmo se passa quanto à mobilização dos trabalhadores para a ação coletiva. E pode contribuir igualmente para ganhar a opinião pública para o apoio aos sindicatos e aos trabalhadores durante os conflitos de trabalho (Diamond e Freeman, 2002).

Ela pode assumir ainda particular relevância no recrutamento e na organização dos trabalhadores de empresas onde se verifica uma atitude agressiva do patronato para com os sindicatos, ou de certos grupos como os referidos por Dolvik (2002). Nestes casos, a solução pode residir no lançamento de sindicatos virtuais como o *Rom* na Noruega, destinado a todos os “*nómadas*” do mercado de trabalho, ou o *IT Workers Alliance* na Austrália, o *Alliance@IBM* e o *WashTech*, para os que nos EUA trabalham no ramo das tecnologias da informação, ou o

Walmartworkerslv.com, dedicado aos trabalhadores da *Walmart*, empresa símbolo das políticas antissindicais nos EUA.

Duas outras esferas da acção sindical que podem beneficiar com a utilização da Internet são o lançamento de pontes entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, reforçando a *solidarité externe* (Lévesque e Murray, 2003) e o incremento da coordenação e da solidariedade no interior dos movimentos sindicais nacionais ou entre os vários movimentos sindicais à escala global (Lee, 1997; Darlington, 2000). Com este desiderato surgiram alguns sítios, nomeadamente o *Labourstart*, o *Cyber Picket Line*, o *Global Unions* e o *Labournet*, os três primeiros com um carácter mais informativo e o último com um propósito mais mobilizador.

O aprofundamento da *accountability* e da democracia sindical é outro campo no qual alguns autores veem um contributo essencial da Internet (Diamond e Freeman, 2002; Greer, 2002). Defende-se que com ela será possível quebrar a *lei de ferro da oligarquia* que Michels (1961 [1910]) afirmou constituir uma característica central de todas as organizações de massas. Argumentam que isso será possível porque ela proporcionará uma espécie de *democracia eletrónica* que passa pelas redes sociais *online* e pela criação de páginas dinamizadas por quem se opõe às lideranças sindicais. A estas não restará outra alternativa senão divulgar informação pertinente sobre o governo dos sindicatos, consultar os aderentes antes da tomada de decisões importantes, implementar ferramentas de comunicação bidirecionais, como os *fora* ou, inclusivamente, o voto eletrónico.

Contudo, se a Internet disponibiliza, de facto, as ferramentas que poderão propiciar o aprofundamento da democracia sindical, este só ocorrerá se as lideranças assim o desejarem, para isso definindo as estratégias apropriadas, uma vez que esse aprofundamento representa um desafio para as estruturas de poder instaladas, como muito bem nota Darlington (2000). É que subjacente à implementação da presença dos sindicatos na Internet encontram-se determinados processos sociais, que muitos olvidam.

Alguns autores chegam mesmo a defender que as TIC, sobretudo com o recurso à Internet, contribuem para uma transformação qualitativa dos sindicatos. Novas formas sindicais emergem, sendo designadas por *cyberunions* (Shostak, 2002), *e-unions* (Darlington, 2000), *open-source unionism* (Freeman e Rogers, 2002), ou *sindicalismo 2.0* (Gutiérrez-Rubi, 2009).

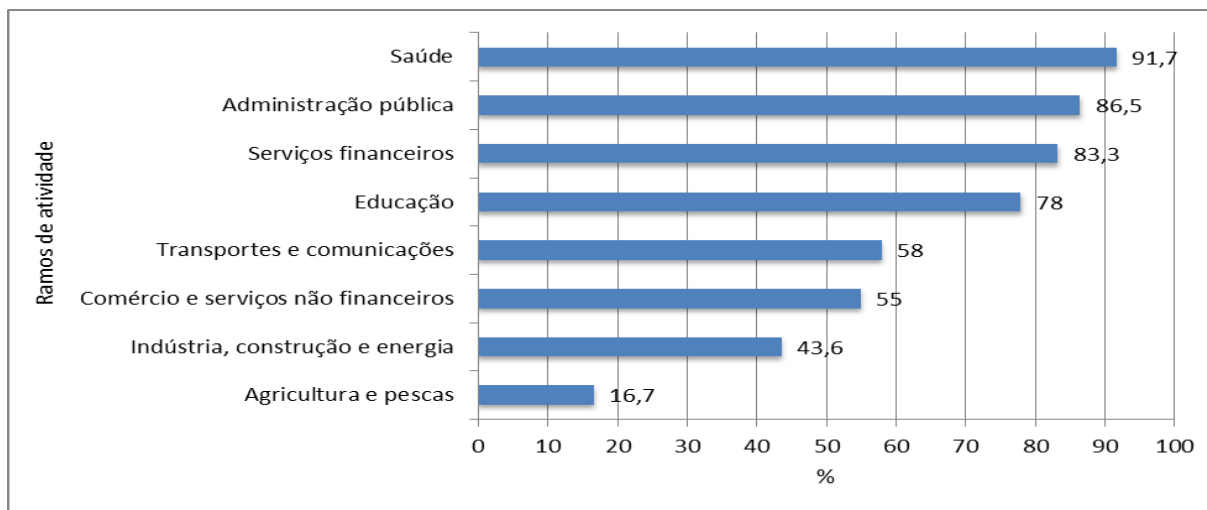
Secção 3 – Metodologia

Medindo o acesso dos sindicatos à Internet através da existência de um endereço de *e-mail*, verificamos que estas organizações acedem à rede num grau inferior quando comparamos com as empresas com mais de 10 trabalhadores e, em particular, com a administração pública. Já no que se refere à presença na Internet, a situação inverte-se de algum modo. Esta é superior nas organizações sindicais do que entre as empresas com mais de 10 trabalhadores, mas inferior ao que se verifica na administração pública (Alves *et al.*, 2011).

A presença na Internet manifesta algumas assimetrias muito relevantes no interior do sistema sindical. Em 2011, somente 36,4% das uniões distritais estava presente na rede, atingindo-se os 83,3% entre as confederações. No atinente aos sindicatos, a proporção era de 64,1% e nas federações de 48,0% (Alves *et al.*, 2011).

Entre os sindicatos, a presença variava fortemente consoante os ramos de atividade, indo dos 16,7% no setor primário até aos 91,7% na saúde (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Presença dos sindicatos portugueses na Internet, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (%)



Fonte: Base de dados das organizações sindicais portuguesas

A distinta composição social dos trabalhadores e os níveis diferenciados de literacia digital, os diferentes perfis dos dirigentes sindicais e suas estratégias, assim como o nível de recursos dos sindicatos, em particular os financeiros, são provavelmente os principais fatores que explicam esta grande variação.

A escolha que efetuámos do ramo da saúde como campo empírico teve por base dois critérios. Por um lado, por se tratar do ramo onde se verifica a maior proporção de sindicatos com presença na Internet. Por outro, por nele laborarem trabalhadores com níveis de qualificação, em geral, elevados, pelo que será de esperar que a questão do *digital divide* se coloque de uma forma mais mitigada do que noutros ramos.

O sistema sindical neste ramo encontra-se fortemente *balcanizado* segundo as diferentes profissões nele existentes. Analisámos os sítios na Internet de quinze sindicatos de profissionais de saúde, sendo cinco de médicos e farmacêuticos (SIM, SMZC, SMZS, SMN, SNF), três de enfermeiros (SEP, SERAM, SIPE), seis de técnicos de diagnóstico e terapêutica (SFP, SIMAC, SINDITE, STAE, STSS e SIFAP, tendo este último jurisdição igualmente entre os profissionais de farmácia e os trabalhadores de todas as categorias profissionais que laboram em consultórios e laboratórios). Foi ainda analisada a página do SINPROFARM, organização com âmbito de atuação entre os profissionais de farmácia. Em contrapartida, não procedemos à análise dos sítios dos sindicatos verticais da administração pública, que também representam trabalhadores no ramo da saúde.

A análise ocorreu na segunda semana de novembro, tendo sido retidas três dimensões: conteúdo, interatividade e usabilidade, cada uma das quais composta por várias sub-dimensões.

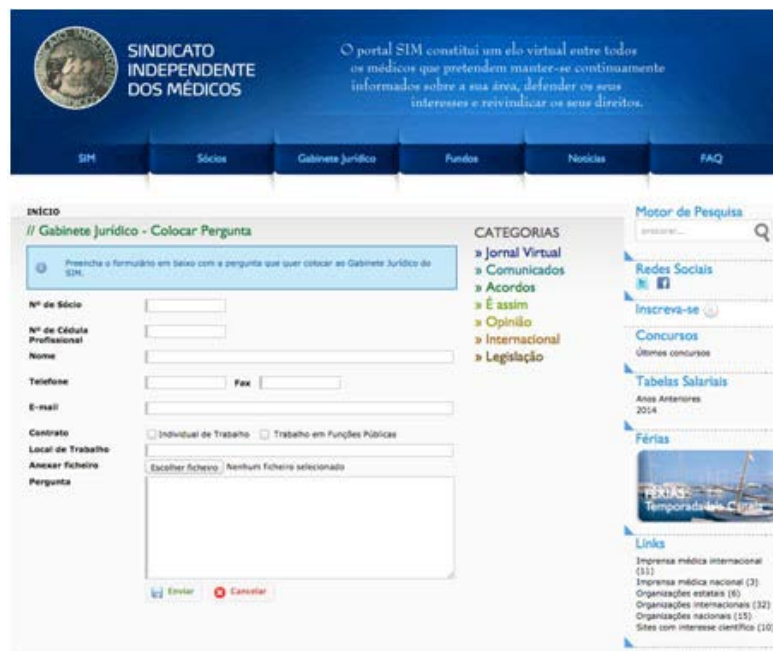
Secção 4 – Os sítios na Internet dos sindicatos da saúde

Um dos benefícios da Internet reside em os sindicatos poderem chegar aos potenciais associados, facultando-lhes não só informação sobre as suas atividades e os serviços que prestam, mas possibilitando-lhes também a inscrição *online*, especialmente para os trabalhadores que por qualquer motivo não podem ou têm dificuldade em contactar fisicamente a organização.

No caso dos sítios analisados, a informação sobre a ação sindical e a identificação dos serviços que o sindicato disponibiliza aos seus associados é universal no primeiro destes aspetos e quase no segundo, dado que 13,3% das organizações o não fazem. Particular relevância assume a informação sobre a negociação coletiva (93,3%), a legislação relevante (80,0%) ou as iniciativas/eventos no âmbito laboral (60,0%).

Esta universalidade já não se verifica quando abordamos a oferta de serviços *online*. Neste campo, só um terço dos sítios permite o acesso direto aos serviços jurídicos (no caso do SIFAP, através da área reservada, havendo um botão no menu que nos direciona para esta área). De notar que incluímos neste cômputo uma situação em que estes serviços se encontram previstos, se bem que acabem por não funcionar (SINPROFARM).

Figura 1 – Formulário *online* de serviços jurídicos do SIM



The image shows a screenshot of the SIM (Sindicato Independente dos Médicos) website's online legal services form. The header features the SIM logo and a navigation menu with options: SIM, Sócios, Gabinete Jurídico, Fundos, Notícias, and FAQ. The main content area is titled 'Gabinete Jurídico - Colocar Pergunta' and contains a form with the following fields: 'Nº de Sócio', 'Nº de Cédula Profissional', 'Nome', 'Telefone', 'Fax', 'E-mail', 'Contrato' (with radio buttons for 'Individual de Trabalho' and 'Trabalho em Funções Públicas'), 'Local de Trabalho', and 'Pergunta'. A 'Enviar' button is at the bottom of the form. To the right of the form is a 'Motor de Pesquisa' (Search Engine) and a 'CATEGORIAS' (Categories) list including 'Jornal Virtual', 'Comunicados', 'Acordos', 'É assim', 'Opinião', 'Internacional', and 'Legislação'. A sidebar on the right contains 'Redes Sociais', 'Inscriva-se', 'Concursos', 'Tabelas Salariais', 'Férias', and 'Links'.

A generalidade dos sítios refere a oferta formativa dos vários sindicatos e disponibiliza formulários de inscrição, que no caso do SIMAC estão *online*, mas o SEP é a única organização que fornece formação *online* através de uma plataforma de *e-learning*.

O SEP é também o único sindicato que demonstra preocupação em direccionar informação para grupos específicos de trabalhadores, no caso jovens enfermeiros. Informação que extravase o âmbito laboral surge exclusivamente em 20,0% dos sítios.

Quanto à sindicalização, 73,3% dos sítios disponibilizam *online* formulários de adesão aos sindicatos. No entanto, a inscrição direta em termos digitais só é concretizável num terço dos casos (SFP, SMN, SNF, STAE, STSS). Nos restantes 40,0%, o formulário permite proceder

apenas a uma pré-inscrição, devendo o processo ser concluído posteriormente através da utilização de outros canais.

Figura 2 – Formulário de inscrição do SFP

The image shows a web page for the 'Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses' (SFP). The main content is a registration form titled 'Submeter Inscrição'. The form is divided into sections: 'Dados Pessoais' and 'Inscrição'. The 'Inscrição' section contains several input fields with red asterisks indicating required fields: 'Nome Completo', 'Morada', 'Codigo Postal', 'Telefone', 'Email', 'Conselho', 'Localidade', 'Distrito', and 'Local de Trabalho'. There is a 'NOVA' button at the bottom of the form. On the left side, there is a navigation menu with categories: 'QUEM SOMOS', 'INFORMAÇÕES', 'BOLETIM', 'CONTACTOS', and 'ACÇÃO SINDICAL'. On the right side, there are several utility boxes: 'QUESTIONÁRIO', 'PROCURAR', 'ENTRAR' (with fields for 'Utilizador' and 'Senha'), and 'FACEBOOK'.

Um desses canais consiste na utilização de um formulário em PDF que está presente em 33,3% dos sítios (em três casos é concomitante com o formulário *online* de pré-inscrição e noutros dois é a única forma existente), o que implica o respetivo descarregamento, preenchimento e a sua entrega direta ou via correio normal ao sindicato, com os inevitáveis custos acrescidos para quem se pretende associar e uma maior burocracia. Só dois sítios, o do SIMAC e o do SINDITE, não dispõem de qualquer formulário de adesão. Este último sindicato solicita aos potenciais interessados em se sindicalizar que comuniquem essa intenção por *e-mail*, telefone ou telemóvel.

Por outro lado, seria expectável que os sindicatos providenciassem informação, quer sobre os procedimentos a seguir quer incentivando a que ela se verifique, junto ao formulário de adesão. No primeiro dos casos, isso acontece em pouco mais de metade dos sítios (53,3%), recorrendo-se sempre a um texto. Mas já quando falamos da sensibilização à adesão apenas o SINDITE que, como vimos, não disponibiliza qualquer tipo de formulário, demonstra essa preocupação utilizando para tal um texto. De sublinhar, contudo, que dois terços dos sindicatos apresentam

noutros espaços dos respetivos sítios apelos à sindicalização. Destes, a maioria (40,0%) fá-lo, uma vez mais, através de texto, ao passo que os restantes 26,7% recorrem a grafismos (Figura 3).

Figura 3 – Grafismo de apelo à sindicalização do SINPROFARM

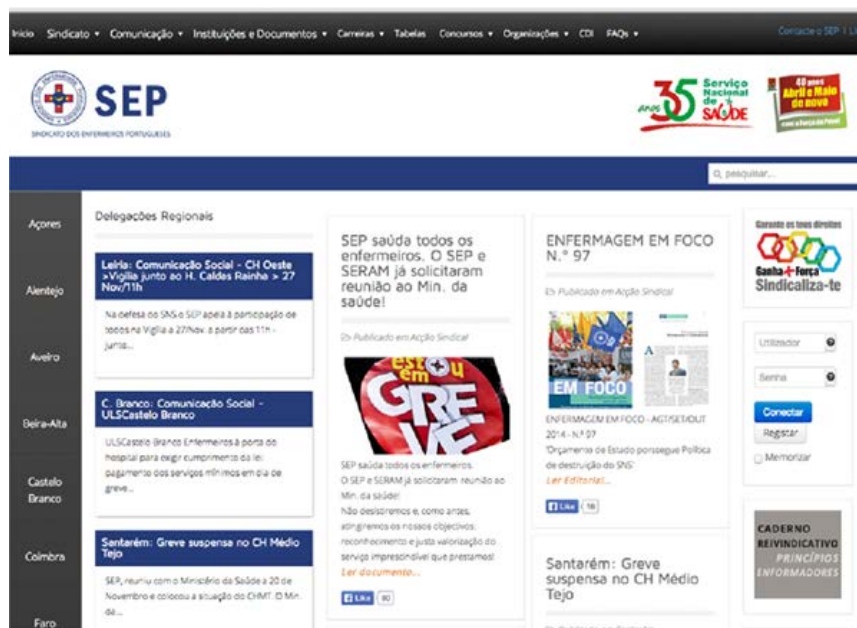


Outra questão crucial é a da democracia organizacional. A Internet fornece o potencial para a aprofundar através de duas vias. A primeira é a de uma maior transparência relativamente ao governo das organizações. A análise dos sítios evidencia que são poucos os sindicatos que fornecem informação relevante neste domínio. Não é dada qualquer informação sobre o agendamento das reuniões de direção, apenas sendo publicitadas as assembleias gerais, o que sucede em 20,0% dos casos. No que diz respeito à disponibilização de documentos relevantes, nenhuma organização apresenta atas de assembleias gerais, relatórios de atividades, orçamentos, relatórios e contas ou minutas dos processos eleitorais. Todavia, há que ressaltar o facto da maioria (60,0%) possuir área reservada, pelo que eles podem estar aí hipoteticamente alojados. Dos documentos mais relevantes, o programa de ação pode ser encontrado em 26,7% dos sítios, enquanto os estatutos, a constituição de qualquer organização, estão disponíveis em menos de metade (46,7%). Estes dados não podem deixar de indiciar a existência de uma reduzida transparência organizacional.

A segunda via consiste na participação dos membros nos processos de tomada de decisão, quer nas estruturas físicas quer através das funcionalidades que a Internet providencia.

Ao nível dos canais de participação, começando pelas formas e funcionalidades básicas de contacto, todos os sítios disponibilizam um endereço de correio electrónico geral. Já a possibilidade de contacto direto com a direção ou com os departamentos do sindicato através e-

Figura 5 – Possibilidade de partilha de informação através da rede social *online* Facebook (SEP)



A funcionalidade de realização de sondagens encontra-se disponível unicamente no sítio do SINPROFARM (três sondagens realizadas), enquanto no do SFP existe um questionário *online* sobre condições de trabalho. Em nenhum dos casos se escrutina as políticas dos sindicatos. Por seu lado, o voto electrónico está totalmente ausente. Nenhum sítio permite a sua avaliação e somente um (o do SEP) permite a avaliação da informação. A faculdade de inserção de artigos de opinião dos sócios restringe-se aos sítios do SIM e do SMZC.

Em resumo, a comunicação unidireccional predomina de forma esmagadora sobre a bidireccional, a qual constitui um dos principais fatores de promoção do aprofundamento da democracia organizacional.

Por último, a eficiência de um sítio também pode ser medida pela utilização de multimédia, pela sua atratividade e funcionalidade e pela sua atualização.

Na área do multimédia, são as imagens com um carácter estático, como sejam as fotografias (86,7%) e os grafismos (73,3%), que predominam nos sítios oficiais dos sindicatos. O audio está completamente ausente. As imagens em movimento, que vêm adquirindo uma importância cada

vez maior na Internet, estão presentes em menos de metade dos sítios (40,0%), sendo que a maioria aloja um, quanto muito dois vídeos.

Neste campo sobressai o SEP, cujo sítio proporciona uma hiperligação para o canal dedicado da rede social *online Youtube* deste sindicato, onde os vídeos se encontram arquivados (Figura 6). Globalmente, existe uma grande debilidade no aproveitamento do multimédia, particularmente do som e do vídeo. Neste último caso, nenhum sítio explora situações como o uso de videoconferência (só o do SNF disponibiliza formalmente o *Skype*, dado que na prática esta funcionalidade não se encontra operacional) ou da emissão em *streaming*, ferramentas úteis para criar mais momentos e outros espaços de discussão e intervenção cívica e sindical.

Figura 6 – Canal de *Youtube* do SEP



Relativamente às funcionalidades de apoio à navegação, tais como *FAQ*, mapa do sítio e funcionalidade de pesquisa, destaca-se esta última como sendo a mais comum, estando presente em 86,7% das páginas analisadas. A presença das restantes é muito débil (só 20,0% dos sítios comportam *FAQ* e/ou mapa do sítio). Surpreendente é o facto de, tratando-se de sindicatos que representam trabalhadores com profissões no âmbito da saúde, a página do SNF ser a única que comporta a funcionalidade que permite uma acessibilidade mais facilitada aos deficientes visuais.

Analisando a atualização dos conteúdos, constatamos que na generalidade dos casos estes já não eram atualizados há bastante tempo (em 40,0% há mais de um mês e em 33,3% há mais de uma

semana). Apenas a página do SEP registava uma atualização no próprio dia, enquanto noutro caso (SINPROFARM) não foi possível estabelecer qualquer data. Este é um panorama que pode ter como consequência a descredibilização do conteúdo disponibilizado e da própria organização sindical, prejudicando os objectivos a que se propõe.

Conclusão

Por todo o mundo, mas particularmente em Portugal, os sindicatos chegaram tardiamente à era digital. Em meados dos anos 90, as TIC eram praticamente inexistentes nestas organizações. A situação atual revela uma mudança profunda. Particularmente no que se refere à presença na Internet, verificam-se assimetrias relevantes, o que convoca algumas questões relativas à sua utilização, como sejam as estratégias que lhes subjazem, quais são os objetivos prosseguidos ou qual é o grau do seu domínio.

A pesquisa que efetuámos permite evidenciar que a utilização da Internet pelos sindicatos da saúde não obedece a um plano estratégico. Os sítios possuem, no essencial, um carácter estático. A unidirecionalidade predomina. A transparência organizacional é praticamente inexistente, dado os documentos relevantes ou as decisões tomadas nas reuniões dos diversos órgãos não serem divulgados. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a essas informações por outras vias, os potenciais associados não o terão. Deste modo, a presença destes sindicatos na Internet não permite o aprofundamento da participação e da democracia, antes contribuindo para a perpetuação do fechamento organizacional.

A presença também não contribui para um acréscimo da influência social dos sindicatos. Efetivamente, o facto dos sítios se centrarem sobre as questões laborais, olvidando na maioria dos casos as matérias extra-laborais; a inexistência de ligações para outras organizações de movimentos sociais ou até a escassa existência de ligações para outras organizações sindicais não permitem aumentar os níveis nem de solidariedade externa nem de solidariedade interna.

Conclui-se, assim, que as páginas na Internet dos sindicatos da saúde não usufruem de todas as potencialidades que esta confere, não existindo razões para uma visão *ciber-optimista* da utilização da Internet por parte destes sindicatos. Mais do que a existência de um *sindicalismo em rede*, estamos antes na presença de um *sindicalismo na rede*.

A abordagem à Internet destes sindicatos pode ser considerada como *conservadora*, para utilizar o termo a que Waterman recorreu para se referir à página da antiga CISL. No fundo, trata-se de uma “*belated response to ICT as instrument (faster, cheaper and further-reaching), not as cyberspace (another kind of space, with unlimited possibilities for international dialogue, creativity and the invention/discovery/development of new values, new attitudes and new dialogues)*” (Waterman, 2001: 325).

Contudo, neste contexto de crise sindical, deve ressaltar-se que as TIC em geral e a Internet em particular, por si sós, não constituem uma panaceia para a ultrapassagem da situação. O seu potencial só se poderá materializar, e estas tecnologias só poderão contribuir para a revitalização do sindicalismo, se o investimento feito for criativo e se inscrever numa estratégia para fortalecer a organização sindical. Esta deve envolver a promoção da inclusão, da participação e da transparência; o acréscimo da capacidade de representação; a intensificação do recrutamento de novos membros e a presença sindical nos locais de trabalho; o aprofundamento da ligação entre os membros e as suas organizações; a mobilização dos trabalhadores ou o dedicar de atenção por parte dos sindicatos a matérias que extravasam o domínio laboral, numa perspetiva de *sindicalismo de cidadania*. No fundo, isto significa a adoção das tecnologias no quadro de uma estratégia do tipo *organizing*, que constitui o fator crucial da revitalização sindical.

A adoção das tecnologias e o uso da Internet, se não for enquadrada por este modelo pode conduzir inclusivamente a um desinvestimento da presença física do sindicato junto dos trabalhadores, o que acabará por causar certamente mais prejuízos do que os problemas que aparentemente resolverá.

Esta é uma questão que não é sequer referida, e muito menos discutida, pelos defensores do *sindicalismo cibernético* que, numa perspetiva acrítica, fascinados pelo *admirável mundo novo* das TIC, consideram poder o *cyberunionism* substituir eficazmente a presença dos sindicatos nos locais de trabalho. As tecnologias, assumindo grande importância, vejam-se os casos das ações de *hacker-activism* ou de mobilização via Internet ou SMS, não pode de modo algum substituir a organização sindical nos locais de trabalho e a comunicação face a face entre esta e os trabalhadores, ainda que possa abrir uma janela de oportunidade importante para revitalização do movimento sindical. Mas, para isso, a presença na Internet carece de uma maior aposta na

qualidade e na utilização de funcionalidades que permitam o aprofundamento da democracia por esta via, estabelecendo entre o sindicalismo e a Internet, um ponto de intersecção que beneficie os seus melhores argumentos, mediando tecnologicamente e criando espaços de ação (concreta) e autonomia coletiva, orientada para a mudança social.

Glossário de siglas

CISL – Confederação Internacional de Sindicatos Livres
EUA – Estados Unidos da América
FAQ – *Frequently Asked Questions*
ICT – *Information and Communication Technologies*
RSS – *Really Simple Syndication*
SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses
SERAM – Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira
SFP – Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses
SIFAP – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos
SIMAC – Sindicato Nacional de Massagistas de Recuperação e Cinesioterapeutas
SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica
SINPROFARM – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia
SIPE – Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem
SMZC – Sindicato dos Médicos da Zona Centro
SMN – Sindicato dos Médicos do Norte
SMZS – Sindicato dos Médicos da Zona Sul
SNF – Sindicato Nacional dos Farmacêuticos
STAE – Sindicato dos Técnicos de Ambulância de Emergência
STSS – Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica
TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

Bibliografia

- Ad Hoc Committee on Labor and the Web. (1999), Why the Internet matters to organized labor. Disponível em <http://www.mindopen.com/laborweb>.
- Alves, Paulo Marques (1994), Crise e mudança em Portugal: dilemas sindicais face à inovação tecnológica e organizacional, Lisboa, ISCTE (Tese de Mestrado).
- Alves, Paulo Marques *et al.* (2011), “Os sindicatos e as tecnologias. A adopção das TIC pelos sindicatos”, comunicação apresentada na Conferência Vias para a revitalização do sindicalismo – a utilização das TIC pelos sindicatos portugueses
- Bélanger, Marc (2006), A case study of online collaborative learning for union staff in developing countries, Burnaby, Simon Fraser University. Disponível em www.summit.sfu.ca/system/files/iritems1/7296/etd2694.pdf (Tese de Doutoramento).
- Castells, Manuel; Cardoso, Gustavo (2006), A sociedade em rede. Do conhecimento à acção política, Lisboa, INCM. Disponível em http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf.
- Chaison, Gary (1996), Union mergers in hard times. The view from five countries, Ithaca, Cornell University Press.
- Darlington, Ralph (2000), “The creation of the e-union: the use of ICT by British unions”, comunicação apresentada na Internet Economy Conference, Londres, London School of Economics. Disponível em <http://members.tripod.co.uk/rogerdarlington/E-union.html>.

- Diamond, W. J.; Freeman, Richard B. (2002), "Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the internet for employee organization", *British Journal of Industrial Relations*, vol. 40, n.º 3, pp. 569-596.
- Dolvik, Jon Erik (2002), "Launch of virtual union for «labour market nomads» in Norway", *Transfer*, vol. 8, n.º 3, pp. 527-528.
- Ebbinghaus, Bernard; Visser, Jelle (ed.) (2000), *Trade unions in Western Europe since 1945*, Londres, Macmillan.
- Fiorito, Jack. *et al.* (2000), "The adoption of information technology by US national unions", *Relations Industrielles*, vol. 55, n.º 3, pp. 447-472.
- Fiorito, Jack *et al.* (2002), "Information technology, union organizing, and union effectiveness", *British Journal of Industrial Relations*, vol. 40, n.º 4, pp. 627-658.
- Freeman, Richard B.; Rogers, Joel (2002), "A proposal to American labor", *The Nation*, June 24. Disponível em <http://www.thenation.com/doc/20020624/rogers>, accessed June 2010.
- Frege, Carola; Kelly, John (2003), "Union revitalization strategies in comparative perspective", *European Journal of Industrial Relations*, vol. 9, n.º 1, pp. 7-24
- Greene, Anne-Marie *et al.* (2003), "E-collectivism and distributed discourse: new opportunities for trade union democracy", *Industrial Relations Journal*, vol. 34, n.º 4, pp. 282-289.
- Greene, Anne-Marie; Kirton, Gill (2003), "Possibilities for remote participation in trade unions: mobilizing union activists", *Industrial Relations Journal*, vol. 34, n.º 4, pp. 319-333.
- Greer, Charles R. (2002), "E-voice: how information technology is shaping life within unions", *Journal of Labor Research*, vol. XXIII, n.º 2, pp. 215-235.
- Gutiérrez-Rubi, Antoni (2009), "Sindicatos y comunicación en tiempos de crisis", *Revista de la Fundació Rafael Campalans*, (Fevereiro), pp. 68-75. Disponível em www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis.
- Heery, Edmund. *et al.* (2003), "Union revitalization in Britain", *European Journal of Industrial Relations*, vol. 9, n.º 1, pp. 79-97.
- Labbé, Dominique (1994), "La crise du syndicalisme français", *Revue de l'IRES*, n.º 16, pp. 75-101.
- Lee, Eric (2000), *The Internet belongs to everyone: radical thoughts on the governance of cyberspace*. Disponível em www.labourstart.org/icann.
- Lévesque, Charles; Murray, Gregor (2003), "Le pouvoir syndical dans l'économie mondiale: clés de lecture pour un renouveau", *La Revue de l'IRES*, n.º 41, pp. 149-176.
- Martínez Lucio, Miguel (2003), "New communication systems and trade union politics: a case study of Spanish trade unions and the role of the Internet", *Industrial Relations Journal*, vol. 34, n.º 4, pp. 334-347.
- Michels, Robert (1961 [1910]), *Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*, New York: Collier Books.
- Rego, Raquel *et al.* (2010), "Towards a typology of trade unions uses of the Internet: preliminary data on the Portuguese case", *Comunicação apresentada ao 9º Congresso of the International Industrial Relations Association*, Copenhagen, FAOS.
- Sawchuck, Peter (2001), *Online learning for labour movement activists?* Disponível em <http://home.oise.utoronto.ca/~psawchuck/NALLWO~1.DOC>.
- Shostak, Arthur (ed.) (2002), *The cyberunion handbook. Transforming labor through computer technology*, Armonk (NJ), M.E. Sharpe.
- Visser, Jelle (2006), "Union membership statistics in 24 countries", *Monthly Labor Review*, n.º 129, pp. 38-49.
- Waterman, Peter (2001), "Trade union internationalism in the age of Seattle", *Antipode*, vol. 33, n.º 3, pp. 312-336.